

Desafios Europeus, Projectos Nacionais, Realidades da Globalização*

João Salgueiro

Economista

Resumo

A radical alteração do quadro da economia internacional após 1989 torna indispensável a reconfiguração do projecto europeu e também do projecto nacional, nas suas prioridades próprias e nas relações com a UE.

O excessivo euro-centrismo tem estado associado ao fraco desempenho da Europa no confronto intercontinental, face aos desafios da globalização. Ao contrário do que aconteceu em 1986, o actual euro-pessimismo não encontra fácil solução nos avanços da integração económica, em consequência do menor significado do mercado interno e do relevo crescente das economias asiáticas. O enfoque nos avanços institucionais, deve deslocar-se para a agenda política à luz da experiência dos povos europeus. Os avanços na comunitarização das políticas europeias estão condicionados pela conciliação dos interesses nacionais e pelo aumento dos recursos comuns à medida das políticas comuns.

Em Portugal impõe-se ultrapassar a excessiva fixação nos objectivos decorrentes da convergência europeia. Hoje os principais desafios são, cada vez mais, os que resultam da falta de competitividade – decorrentes da globalização e do alargamento – e os que resultam da incapacidade para erradicar as causas, conhecidas de há muito, do nosso fraco desempenho colectivo.

Abstract

European Challenges, National Projects, Globalisation Realities

The radical change of the international economic framework after 1989 imposes both a new European project and a new national project. An excess of euro-centrism has been associated to the weak performance of Europe compared with other Continents in a new globalized economy. Contrary to what happened in 1986, the present euro-pessimism cannot easily be solved by more European integration as the internal market is relatively less important and a new strong competition from Asian economies has to be faced. More important than institutional improvements, better policies are needed to correspond to the effective needs of the Europeans. Also it is not possible to ignore that common European policies are dependent on the conciliation of national interests as well as on the creation of new common resources.

A new set of economic objectives is also needed in Portugal other than the convergence to the European average. The main challenges are now related to the lack of competitiveness – due to the globalization and the enlargement – and also to the need to finalize long due reforms to eradicate economic and social inefficiencies.

* Palavras proferidas em 5 de Dezembro de 2006 na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional 2006/2007.

Vivemos hoje um período de grandes mutações que, em muitos aspectos, alteram o quadro das relações mundiais que prevaleceu nos últimos dois séculos, circunstâncias que exigem resposta esclarecida e determinada para assegurar estratégias actualizadas a nível nacional e europeu.

Portugal atravessa uma fase de necessária reconfiguração do projecto nacional, tanto nas suas prioridades próprias como nas relações com a UE - e com os mercados globais. Trinta anos atrás, os portugueses, em circunstâncias muito difíceis, tiveram que pôr termo a um projecto nacional que durante séculos assentou na manutenção e defesa de um espaço imperial, com sucessivas concretizações. A partir de 1975, a nova configuração dos objectivos e políticas nacionais centrou-se essencialmente no espaço europeu e no projecto de crescente integração institucional na Europa.

Mas os avanços bem sucedidos até aos anos 90, deram lugar a uma crise prolongada, com divergência do ritmo de crescimento, precaridade crescente do emprego, dificuldades financeiras e perda generalizada de confiança. Importa interpretar melhor os condicionalismos e as dificuldades económicas que agora defrontamos, paradoxalmente, num momento de forte crescimento mundial, e criar capacidade de resposta actualizada.

O tema que me propus tratar “Desafios Europeus, Projectos Nacionais Realidades da Globalização” pretende contribuir, com as limitações decorrentes do tempo disponível e da minha especialização, para debater a incidência do novo quadro mundial nas políticas nacionais e no processo de integração europeia.

É conhecido que o desempenho das economias tem um papel decisivo nas realidades sociais e políticas, e nas relações internacionais. Em épocas de crises económicas, o desemprego aumenta, há ameaças de deslocalização, impõem-se cortes nas despesas e nos sistemas sociais, e generalizam-se as piores expectativas. A quebra de expectativas anda normalmente associada à instabilidade social, quando não se torna fonte de contestações violentas e de agudização de conflitos. Tem implicações ao nível da solidariedade, sendo naturalmente mais difícil repartir a escassez do que a abundância. E tem também reflexos ao nível das relações externas reforçando-se a defesa dos interesses nacionais e o isolacionismo das políticas.

Inversamente, sabemos que quando o desempenho económico é positivo, reforçam-se esperanças adicionais, avolumam-se os recursos para novos projectos, é possível propor melhorias, torna-se maior a estabilidade política e é mais difícil generalizar a contestação.

As origens e os desenvolvimentos da UE estão muito ligados ao desempenho económico que se tornou possível desde 1945. Após a I Guerra Mundial e as suas destruições, em 1918, o Tratado de Versailles foi acompanhado de grande optimismo por se acreditar numa paz duradoura. Mas 20 anos depois, uma nova guerra, ainda mais violenta e mortífera, tornou evidente a necessidade de novas opções.

Em 1943, anunciada a vitória na II Guerra Mundial os aliados ocidentais compreenderam que se tornava igualmente necessário ganhar a paz, construindo condições de progresso e estabilidade. O quadro institucional então criado contribuiu para a configuração de uma nova ordem mundial - favorável à liberalização do comércio, à estabilidade cambial e ao investimento produtivo - encorajando assim o melhor conhecimento entre os povos e o estabelecimento de relações mutuamente vantajosas.

Como é conhecido, adoptou-se também um programa para promover a reconstrução na Europa, em que vencidos e vencedores foram tratados de igual forma. O plano Marshall criou uma prática de colaboração no espaço da Europa ocidental. Com a OECE e a UEP reduziram-se barreiras, progrediu-se no multilateralismo e generalizou-se uma prática de co-responsabilização que ainda hoje se mantém com os exames anuais às políticas de cada país conduzidos pela OCDE.

A rápida recuperação das destruições provocadas pela guerra e os correspondentes benefícios económicos sociais e políticos que daí decorreram ficaram associados à consolidação e aprofundamento da integração europeia. A construção europeia coincidiu com uma época de paz, de colaboração reforçada entre os povos, com o progresso das condições de vida, do nível de rendimento e dos sistemas sociais. Na memória dos povos ficou a experiência de que o alargamento e aprofundamento da integração produzem resultados positivos. Radicou-se, assim, na fase do pós-guerra a ideia de que “mais Europa” contribui para resolver os problemas económicos e sociais.

Inversamente sem surpresa, as dificuldades económicas traduziram-se em reflexos de euro-pessimismo. Assim aconteceu particularmente entre 73 e 85 quando os avanços da integração se tornaram inviáveis.

O que criou o euro-cepticismo de 1973 a 1985 não foi a incapacidade da integração europeia progredir mais, mas a consequência de uma prolongada crise económica associada aos choques do petróleo. Uma crise económica que resultou do desabar do sistema monetário internacional - com o fim das paridades fixas e sucessivas crises cambiais em vários países do mundo - e do agravamento dos preços da energia em 1973, reforçado em 1979. Vivemos então um longo período de dificuldades econó-

micas, com todos os efeitos previsíveis de aumento do desemprego, agravamentos fiscais e cortes das despesas, limitação do crescimento e quebra generalizada de expectativas. Assistiu-se, naturalmente, a uma fase de euro-pessimismo porque as pessoas se interrogavam sobre os méritos dos avanços da integração europeia e do Mercado Comum quando a situação económica se continuava a agravar.

O euro-pessimismo foi vencido em 86 quando a retoma se consolidou com a queda dos preços do petróleo. Com a presidência de Jacques Delors, que coincidiu com o potencial de relançamento produtivo associado à redução dos custos de energia após 1995, o projecto do mercado interno europeu 92 criou uma nova esperança. Foi ainda à estratégia de “mais Europa” que se recorreu quando, após a queda do Muro de Berlim, se procurou evitar que forças centrífugas se pudessem desenvolver, propondo aos povos europeus o projecto da Moeda Única.

Estamos de novo a viver uma fase de euro-pessimismo. Mas agora o problema não encontra fácil solução nos avanços no processo de integração, em consequência da radical alteração do quadro da economia mundial.

Não é pelo facto de não haver maior reforço das instituições europeias que o desemprego tem crescido, ou que a insegurança no emprego tem aumentado, que ocorrem as deslocizações, ou que há piores expectativas em relação ao futuro. A razão tem que encontrar-se nos novos desafios a que a economia europeia agora está sujeita, em consequência também do alargamento mas muito em especial como reflexos dos efeitos da globalização.

A solução de “mais Europa” tem neste momento menos sentido do que tinha aquando da última crise. Então precisávamos apenas de resolver os problemas do funcionamento da economia europeia e até, talvez, uma tentação *keynesiana* pudesse ser defendida. Foi necessário um compasso de reajustamento, mas a estratégia de relançamento poderia ainda ser desenvolvida em larga medida à escala europeia. Mas hoje o significado das fronteiras europeias é muito menor do que nessa altura. Não podemos recorrer a uma estratégia para a Europa dependente do seu próprio espaço, no âmbito das fronteiras do mercado comum.

O que a França concluiu em 1982 quando, pela última vez, tentou relançar a economia em contra-ciclo foi que não tinha possibilidade de o fazer isoladamente, passando o franco francês a evoluir como sombra do marco. A conclusão de que não se podia ter uma solução para a economia francesa fora da interdependência com a economia de outros países assume hoje uma nova dimensão. Não mais se podem adoptar soluções europeias independentemente das transformações em curso na

economia global. Cada vez menos o simples aumento da dimensão do espaço europeu permite resolver os novos problemas. O espaço determinante é agora o da economia mundial.

Também não tem sentido pensar que há uma correlação entre a dimensão das economias e o seu potencial de competitividade. Se olharmos para a Europa, vemos que países como a França, a Alemanha, a Itália têm tido mais dificuldades do que, por exemplo, os países nórdicos, a Suíça, a Bélgica, a Holanda, a Irlanda, o Luxemburgo. E assim aconteceu igualmente na Ásia nas últimas décadas com os tigres asiáticos, que arrancaram muito antes da China e da Índia, e tiveram um sucesso prolongado que ainda continua. Também na América Latina não há correlação entre o progresso económico e a dimensão dos países.

O mito de que a dimensão é indispensável para o dinamismo económico não tem base. Não é que a dimensão prejudique, mas não é em si uma condição necessária. Não é o diferencial da dimensão que faz a diferença, o que importa é o diferencial de competitividade, que pode ser conseguido em economias de diferente dimensão.

Neste momento na Europa precisamos de um período de reflexão sobre os novos desafios e as opções de futuro. Devemos agradecer o incidente do Tratado Constitucional Europeu. Foi um episódio evitável porque era desnecessária a tentativa de forçar a introdução de uma Constituição, ainda para mais sob a ameaça de chantagens quanto ao prazo de decisão e quanto à necessidade de assegurar a sua aprovação integral.

Dois países deram-nos a possibilidade de reflectir - a França e a Holanda - mas podemos reear que a reflexão se faça ainda apenas centrada sobre os avanços do quadro institucional e não considere desafios mais decisivos que temos para resolver na Europa. Se vamos continuar a tentar que as respostas aos desafios europeus se encontrem nas revisões institucionais, é provável que muitos dos problemas que atingem os povos europeus continuem sem resposta.

E, no entanto, todos os dias se repetem novos alertas e não apenas nas indústrias tradicionais. Vivemos há alguns meses em Portugal o episódio da deslocalização de uma fábrica automóvel e os sintomas são de que, infelizmente, vamos assistir a outras deslocalizações nos próximos anos. A Bélgica foi também atingida por idêntica dificuldade com o anúncio pela *Volkswagen* da transferência de uma fábrica para a República Federal da Alemanha, envolvendo o desaparecimento de 4.000 postos de trabalho directos e 5.000 indirectos.

Não são apenas os efeitos da concorrência que os novos países do alargamento representam para a Europa dos 15. São principalmente, as repercussões da concorrência global que põem em causa o padrão de competitividade e afectam a solidariedade dentro da Europa. As empresas deslocalizam-se hoje facilmente em função da reconfiguração da sua estrutura de custos. E a força da concorrência tornou-se implacável com a globalização da economia de mercado.

A grande mudança com a queda do Muro de Berlim, quanto a mim, foi o fim da existência de sistemas económicos alternativos - a economia de mercado e a economia planificada. O facto de haver concorrência entre diferentes sistemas incentivava a auto-disciplina da economia de mercado e tornava desejável a existência de mecanismos de solidariedade e redistribuição. A Constituição da RFA oferecia um bom exemplo quando definia o seu sistema como uma economia social de mercado. O objectivo a atingir era o de uma economia social, embora fosse alicerçada nos mecanismos de mercado.

Hoje o desafio fundamental que incide nas economias de quase todos os países é o de assegurar sem restrições a eficiência dos mercados no espaço mundial. Não havendo regulação mundial nem um governo mundial, em última análise, a lei que determina as decisões é a lei da concorrência. Os mais eficazes avançam e os mais mal sucedidos não sobrevivem.

É certo que as condições tecnológicas já existiam. Já existiam as telecomunicações que permitem gerir em tempo real, com a comunicação instantânea, ou os transportes aéreos que permitem viajar para qualquer parte do mundo em 24 horas, ou os transportes de mercadorias que fazem com que as mercadorias, vindas da China, da Nova Zelândia ou do Chile, cheguem a Lisboa mais baratas do que produzidas localmente. As condições tecnológicas já existiam, mas foram potenciadas pela crescente liberalização económica, pela desregulação e, muito em especial, pela queda do Muro de Berlim.

Desaparecida a concorrência entre os sistemas económicos, aumentou a segurança dos investimentos no estrangeiro. Hoje, uma empresa multinacional tanto investe na China como investe na Europa. O risco sistémico é idêntico, porque os sistemas obedecem aos mesmos princípios da liberdade de concorrência, que são assumidos por todos os governos. Mesmo os governos comunistas da China ou do Vietname desenvolvem hoje grandes esforços para captar investimento estrangeiro, concretizando reformas radicais dos seus enquadramentos legislativos e regulamentares.

A partir de 1990, percebeu-se que se podia investir sem risco em qualquer parte do mundo e que os sistemas eram idênticos. Multiplicaram-se grandes empresas

verdadeiramente mundiais, o que até aí fazia muito menos sentido. As empresas desligaram-se cada vez mais dos países de origem e reforçou-se o capitalismo institucional. Fundos de pensões e fundos de investimento controlam crescentemente a vida das empresas, com o imediatismo de querer resultados a curto prazo e a necessidade de fazer mais-valias, mesmo que isso implique fechar e deslocalizar empresas.

É neste enquadramento que estamos a viver. Não sei por quantos anos ou por quantas gerações, mas nesta fase histórica da humanidade é a regra do jogo sem verdadeira alternativa. Talvez a Coreia do Norte ou Cuba tenham alguma hesitação, mas mais nenhum país hesitou em adoptar a regra de mercado.

Os europeus têm infelizmente vivido muito desfocados da atenção a este novo enquadramento. O euro-centrismo sobrevive mais do que seria justificado, porque não se tem a noção da dimensão dos desafios. Nós, em Portugal, sofremos um duplo desajustamento, porque nos concentramos nos desafios europeus e a Europa, por sua vez, está demasiado focada em si mesma.

O nosso luso-pessimismo é uma forma agravada do euro-pessimismo. Já hoje o Sr. Director do IDN nos referiu esse surpreendente inquérito de opinião sobre o sentimento português. Estou convencido que é antes de mais uma manifestação de desagrado e desânimo pelo que está a acontecer.

Tivemos várias crises na nossa história em que a desafeição nacional atingiu as diferentes classes, às vezes as mais privilegiadas. Mas depois a reacção a essa perda de sentimento nacional foi sempre muito vigorosa. Os portugueses neste momento estão naturalmente desorientados porque vêem fraca esperança no seu futuro. Estamos a viver desde 2001 uma longa crise, com a economia a crescer menos do que na Europa. Temos estado a divergir, pondo em causa o grande objectivo da política nacional desde 1986 – a convergência para a média europeia – e dizem os responsáveis que são precisos mais 2 ou 3 anos de modestos crescimentos.

Aliás, as organizações internacionais confirmam essa estimativa. Oxalá tivéssemos uma boa surpresa, mas todas as estimativas, do Governo português e de entidades estrangeiras, prevêem um período de alguns anos de relativa estagnação. As melhorias previstas não são suficientes para, pelo menos, acompanharmos o ritmo médio europeu.

Noutras ocasiões, desde 2000, tive a oportunidade de dizer que me parecia que a estratégia que Portugal estava a adoptar era uma estratégia errada. Consistia em dar toda a prioridade ao equilíbrio das contas públicas e esperar que a economia alemã recuperasse, para depois crescermos pelo reflexo da procura externa. Assim, se

conseguíssemos reequilibrar as contas públicas enquanto a economia alemã estava em crise, estaríamos então em ótimas condições para crescer quando a economia alemã arrancasse. Os resultados são infelizmente conhecidos.

Na realidade, precisamos de uma estratégia diferente. Estamos excessivamente polarizados na Europa e muito polarizados no défice das contas públicas. São dois desafios importantes. A Europa e o défice das finanças públicas põem-nos sem dúvida desafios incontornáveis, mas não esgotam a dimensão dos nossos problemas e não são esses, quanto a mim, os principais objectivos que devemos fixar-nos. Os principais são os desafios da globalização e os que resultam do nosso fraco desempenho colectivo.

A ideia que se criou de que alguém resolverá por nós os problemas é uma ideia que não tem base. As novas gerações desinteressam-se da intervenção activa e esperam demasiado que os problemas serão resolvidos pelas gerações anteriores; os cidadãos pensam que o Governo vai resolver as suas dificuldades, mesmo quando não tem poder para tanto; nós pensamos que da Europa virá solução para os nossos problemas. Tratam-se de convicções infundadas que envolvem riscos sérios no actual contexto internacional.

Deveríamos fazer uma avaliação sem condescendências e ver o que temos que mudar no nosso desempenho para atingir níveis de competitividade à medida dos desafios que queremos vencer. E a Europa deveria fazer o mesmo. Novas e melhores respostas não parecem adiabáveis quando vemos o abismo que há entre as preocupações de reformas institucionais propostas para a União Europeia pelos seus dirigentes e os resultados dos inquéritos de opinião aos europeus.

O Eurobarómetro, um inquérito insuspeito e europeísta, que deveria ser de leitura obrigatória, documenta bem a tendência para um menor envolvimento dos cidadãos. A base de apoio para a integração europeia tem vindo a reduzir-se. A participação nas eleições para o Parlamento Europeu caiu para cerca de metade do valor que chegou a ter. Representa hoje menos de 60% dos valores médios de participação nas eleições nacionais, apesar de se registar também algum desencanto na maioria dos países. O inquérito do Outono de 2005 caracteriza bem esta realidade.

Um inquérito anterior, de 2002, sobre o sentimento europeu, permite conclusões mais significativas. Quando se perguntava aos inquiridos se tinham um sentimento europeu ou nacional, 4% diziam que tinham um sentimento europeu e 40% que só tinham um sentimento nacional; os restantes partilhavam um sentimento europeu e nacional, mas com claro predomínio do sentimento nacional.

Esta realidade, obviamente, leva a que os governos nacionais tenham que desempenhar as suas funções com respeito pelo sentimento dos seus eleitores, que actualmente é basicamente um sentimento nacional, e a justificar o seu desempenho político contando sempre com a avaliação das eleições seguintes, de acordo com as regras democráticas.

Os próximos governos certamente não vão depender de um parlamento eleito pelos europeus, vão depender de parlamentos eleitos pelos seus nacionais. E o Conselho Europeu, necessariamente, é um reflexo desta realidade. De facto, trata-se da razão fundamental porque se pode falar de défice democrático na Europa: porque as decisões são tomadas por dirigentes que não são responsáveis perante o eleitorado europeu pelas opções que aprovam. Cada governo, nas decisões que toma ou que apoia, é responsável em relação ao eleitorado do seu país, mas não em relação ao conjunto dos países europeus. Trata-se de uma limitação essencial que explica algumas das contradições entre o europeísmo das declarações e os interesses nacionais que as decisões concretas vão traduzindo.

Pretende-se também melhorar o desempenho das instâncias europeias e corrigir a sua grande inércia. Mas uma condicionante básica dessa inércia tem a ver com os sistemas eleitorais dos países, que não asseguram simultaneidade dos calendários eleitorais. Na prática, com realismo, é necessário aguardar os resultados das eleições na Alemanha, depois das eleições na França ou na Inglaterra. Nos EUA ou no Brasil, por exemplo, esta dificuldade não existe, as eleições são simultâneas em todos os Estados, os governos dependem de eleições directas e a sua reeleição pode ser determinada pelos resultados de qualquer pequeno Estado. Mas de qualquer modo não parece haver condições para que as eleições parlamentares em todos os países possam vir a ser feitas na mesma data. É necessário contar com eleições antecipadas, eventuais quedas de governos, prevalecendo necessariamente lógicas nacionais.

O conhecimento destas realidades não leva a pôr em causa todo o caminho percorrido, mas o futuro impõe soluções ajustadas ao mundo em que estamos a viver, se queremos encontrar progressos sustentáveis. A União Europeia, de facto, é hoje uma comunidade de Nações, com projectos que correspondem ao denominador comum de sentimentos nacionais. Houve desenvolvimentos sensíveis na comunitarização de políticas económicas, mas não é uma estratégia extrapolável independentemente de ser possível assegurar base de apoio ao nível nacional e de obter recursos comuns para as políticas comuns.

Aliás, a contradição entre objectivos e realidades surgiu logo nos primeiros passos após a CECA - e após o início do rearmamento da RFA no âmbito da NATO. Pretendeu-se então constituir uma Comunidade Europeia de Defesa e uma Comunidade Política Europeia. Rejeitadas pelo Parlamento francês, foi apenas uma comunidade económica que veio a ser adoptada. Neste momento não está claro quais as tarefas que os europeus querem pôr em comum, isto é quais as políticas que justificariam afectar recursos próprios e prescindir de parcelas de soberania. Em meu entender, actualmente, o avanço principal deveria ser o de avaliar os objectivos e as políticas comuns, e não o de procurar mais afinamentos institucionais.

Para configuração actualizada do Projecto Europeu, impõe-se clarificar qual a Agenda prioritária dos problemas europeus - que prioridades, que tipo de políticas, que tipo de projectos - sem adiar mais uma vez um exercício de subsidiariedade, imposto já pelo Mandato de Laken, mas frustrado pelos trabalhos da Convenção.

O último Eurobarómetro, do Outono, inventaria as preocupações principais dos europeus. De longe, a maior preocupação é o emprego, depois vem a situação económica, depois a segurança das pessoas. São as três preocupações principais.

Diz-se que nos referendos da França e da Holanda pesaram muito os problemas nacionais. Claro que pesaram, e naturalmente o mesmo aconteceria em outros países. O governo alemão referiu mesmo que se houvesse um referendo na Alemanha, o Tratado Constitucional Europeu provavelmente também não seria aprovado. Só que, felizmente para este Tratado, não há referendos na Alemanha, dados os antecedentes na década de 30.

Em diversos países as pessoas querem ver soluções para os seus problemas e não mais construções que passam ao lado das dificuldades concretas. E, de facto, há problemas, de hoje e de amanhã que não têm tido a atenção merecida; antes de mais, no meu entender, o problema da demografia. A Europa é um continente envelhecido, com queda da população nuns países mais depressa que em outros, mas todos em declínio e com graves consequências. Uma parte da falta de dinamismo económico radica na quebra populacional e o mesmo acontece quanto à insustentabilidade dos custos da segurança social. São problemas que costumam antecipar o declínio das sociedades, conduzindo a situações insustentáveis no confronto internacional - como já tinha acontecido em Roma. A verdadeira solução não passa pela imigração descontrolada sem soluções de assimilação e integração. Seria uma política facilitista, aumentando sem dúvida as contribuições para a segurança social e a oferta de mão-de-obra, mas legando às gerações seguintes os problemas que nós hoje não resolvermos bem.

É difícil explicar porque não há uma política de família na Europa, qualquer política que encare como prioritário o problema da natalidade e corrija os graves desincentivos hoje generalizados.

De igual modo não há ainda uma política que encare de frente a dependência energética e isso seria possível. Fazendo da eliminação da dependência energética um objectivo assumido, como foi o caso da chegada à Lua pelo Governo Kennedy, com certeza teríamos resultados em poucos anos.

Também não têm sido equacionados na sua verdadeira dimensão os problemas da droga, da marginalidade ou da sustentabilidade do desenvolvimento.

São apenas exemplos. Não vou prolongar a Agenda porque não quero cair no erro de estar a dizer o que os europeus pensam ou devem pensar. Mas há certamente problemas concretos que não podemos evitar, que merecem ser equacionados em si mesmos e que carecem de solução efectiva.

A lógica do *problem solving*, que os anglo-saxónicos tendem a privilegiar, falta muito na União Europeia. Quando há um problema é preciso caracterizá-lo em concreto e seleccionar a melhor maneira de o resolver. A solução não resulta de adoptar meras declarações de intenções ou aprovar planos generalistas, ambiciosos nos objectivos mas infundados nos meios. Um exemplo desta metodologia encontra-se facilmente na Agenda de Lisboa, o grande programa para fazer da Europa o continente mais desenvolvido.

Sabe-se que qualquer empresa que não se focar nos poucos desafios essenciais perde a razão de existir. Mas na vida política assumimos facilmente diferentes desafios sem medir os seus efeitos e as suas exigências. Talvez por isso facilmente se enveredou pelo alargamento da UE sem perceber as consequências; também se promoveu activamente o avolumar da imigração e se avançou para a globalização da economia mundial sem antecipar os seus efeitos inevitáveis na competitividade ou no emprego.

Não conseguiremos progressos realistas na compreensão dos problemas europeus sem conferir protagonismo essencial ao novo quadro das realidades mundiais.

Um apontamento sobre a RPC, melhor do que quaisquer considerações genéricas, caracteriza a dimensão dos novos desafios, pela importância que o seu crescimento económico representa em si mesmo e como paradigma das mutações em curso.

Devemos começar por recordar o que foram as mudanças no mundo decorrentes da Revolução Industrial Inglesa. Um país com 15 milhões de habitantes tornou-se numa grande potência mundial pelo avanço tecnológico, económico e financeiro.

Criou um paradigma para sucessivas industrializações na Europa ocidental, nos EUA ou no Japão. Iniciou o declínio das economias tradicionais e a repartição de novos espaços coloniais. Criou desemprego na Índia, onde ia comprar as fibras têxteis, trazendo-as para a Europa e vendendo de volta os tecidos mais baratos do que os produzidos localmente.

Todas estas transformações assumiram dimensão sem confronto na história do passado. O século XIX foi já definido como a idade pós-revolução industrial inglesa. A industrialização do Reino Unido fez-se com uma taxa média de menos de 2% ao ano, o que significa que o produto nacional inglês duplicou cada 35 anos. Numa perspectiva histórica foi um crescimento sem precedentes. Duplicar o produto em 35 anos, quadruplicar em 70 anos, provocou alterações radicais nos níveis de vida, nos valores sociais e políticos, e nas relações internacionais.

Se na China o produto crescer a 8%, duplicará em 9 anos. Representaria um crescimento de 1.500% (15 vezes) no mesmo período de 35 anos. Se crescer a 10%, como tem crescido nas últimas duas décadas, duplicaria em 7 anos, i.e. cresceria 28 vezes nesses mesmos 35 anos. É difícil ignorar o potencial de mudança mundial que pode representar.

Independentemente do ritmo de crescimento, o seu impacto tem a ver também com a dimensão. Não há registo de uma revolução industrial que afectasse simultaneamente 50% da população mundial, como hoje acontece com a industrialização da Índia, da China e de outros países asiáticos envolvidos no mesmo processo.

Acresce, em terceiro lugar, que há reservas de mão-de-obra que vão permitir que os salários se mantenham moderados durante longos períodos, sustentando fortes diferenciais de competitividade. Por outro lado, o que não é menos importante, a China tem evidenciado muito forte capacidade negocial, assente na dimensão do seu mercado e na actuação de um governo muito centralizado, assegurando desde a primeira hora a introdução das tecnologias mais modernas nos processos produtivos, o que, por exemplo, nem o Brasil ou o México conseguiram. Assim, os modelos mais modernos, da última geração, começam a ser produzidos na China com encargos de mão-de-obra reduzidos, idênticos aos que se produzem nos países industrializados a custos muito superiores.

Além disso, a RPC tem uma estratégia de poder. A Cimeira Chino-Africana, recentemente organizada com 35 países, comprova o avanço dessa estratégia integrada, bem como os acordos de longo prazo que celebrou com a Austrália, a Indonésia ou o Brasil para o fornecimento de energia e matérias-primas, ou a forma como está a gerir

as relações com o Irão, constituem elementos de uma estratégia conjugada político-económica por parte de uma potência que quer assegurar, com poder próprio, a sustentabilidade do seu crescimento.

Isto levar-nos-ia a pensar que realmente, a breve prazo, vamos viver no mundo pós-revolução industrial da China. Não deveria ser necessário recordar que as nações europeias que não perceberam o novo quadro pós-revolução industrial inglesa ficaram para trás, como infelizmente aconteceu nos países mediterrânicos.

Em relação ao desenvolvimento asiático, diversos pequenos países europeus perceberam melhor as novas realidades globais e especializaram-se em gamas de produção que permitem actuar directamente em nichos dos mercados mundiais. O que vivemos hoje não é um diferencial de competitividade baseada na dimensão mas na capacidade de inovação e de produtividade, e é isso que estes países compreenderam talvez porque não tinham tentações de, pela dimensão dos mercados próprios, resolverem os problemas.

Também em Portugal é flagrante que precisamos de uma visão actualizada e de maior determinação. Antes de mais, compreender que a integração no espaço europeu não dispensa uma estratégia própria capaz de responder aos desafios que defrontamos e assegurar níveis de desenvolvimento à medida dos nossos desígnios. A ausência de políticas próprias - complexo mal justificado de bom aluno europeu - tem sido responsável pelo desaparecimento de actividades produtivas, ao contrário, por exemplo, do ocorrido também em Espanha, cujas autoridades têm assumido uma política activa de promoção e consolidação de sectores e de empresas.

Por outro lado, é necessária mais ambição na fixação de objectivos. Temos tido como estratégia central da política económica desde 1986 a convergência para a média europeia. Mas trata-se de um objectivo de resignação. Qualquer empresa que ponha como objectivo convergir para a média dos seus concorrentes em trinta anos não tem garantida a sobrevivência e provavelmente encerrará antes desse prazo. O objectivo só pode ser adoptar as práticas dos melhores concorrentes no prazo mais curto, isto é adoptar objectivos de *benchmarking*, como países pequenos têm feito. Foi, aliás, o que se fez em alguns sectores empresariais em Portugal, estratégia infelizmente não generalizada. Mas não se praticou na justiça, na educação ou na burocracia do Estado ao contrário do que aconteceu na Nova Zelândia, Suécia ou Dinamarca. Deveríamos ter adoptado de imediato as melhores práticas para termos um melhor nível de competitividade, o que se fez apenas em alguns sectores empresariais mas praticamente em nenhuma área da Administração Pública.

Importa igualmente encarar de frente o complexo da dimensão nacional. Não há nenhuma razão para Portugal ter alguma preocupação por a sua economia ser 1/6 da economia espanhola. A Dinamarca é apenas 1/20 da economia alemã e não faz problema dessa realidade, nem a Irlanda em relação ao Reino Unido, nem Singapura em relação à Indonésia. Normalmente as vantagens concorrenciais resultam da maior flexibilidade e capacidade de inovação. A dimensão não é uma limitação, precisamos da ambição necessária para ultrapassar esse complexo.

Portugal também tem de enfrentar o complexo da excessiva dependência. Quando vemos os milagres económicos de outros países, da Alemanha ou do Japão no pós-guerra, e mais recentemente, da Irlanda e da Finlândia, o que encontramos de comum são medidas que desbloquearam o potencial produtivo do país, de criatividade e de investimento. Esses progressos não se centraram nas iniciativas directas dos governos desses países. Os governos limitaram-se a criar - mas criaram efectivamente - condições para favorecer a iniciativa das suas empresas e dos investidores estrangeiros. Na Alemanha, por exemplo, foi determinante a reforma monetária a seguir à Guerra, geradora de confiança e que desencadeou o sucesso da indústria exportadora.

Em regra, o que importa é garantir que os comportamentos positivos sejam recompensados e os comportamentos negativos penalizados, gerando-se rapidamente uma dinâmica cumulativa de progresso. O mercado contribui poderosamente para o conseguir, porque recompensa automaticamente os que são mais inovadores e mais produtivos. Mas é indispensável que a legislação e instituições nacionais actuem no mesmo sentido. A Justiça, a Educação ou a Administração Pública são igualmente determinantes para desencorajar os comportamentos perniciosos e encorajar os que são criadores de futuro.

As relações com a União Europeia suscitam também problemas de princípios e da sua aplicação concreta, que nem sempre têm sido ponderados. Todas as análises nacionais e internacionais apontam Portugal como o país mais afectado pelas consequências do alargamento e da globalização. Assim, é necessário reconfigurar o modelo económico sendo exigidas profundas alterações nas nossas estruturas produtivas e no padrão de especialização.

No actual quadro de economia mundial, o espaço da UE não favorece em diversos aspectos a modernização necessária. Para além das dificuldades que resultam da nossa própria capacidade de gestão e do âmbito das políticas monetária e cambial, existem limitações à plena utilização de apoios às indústrias nascentes - apesar da racionalidade da sua fundamentação - e o regime de ajudas da PAC desfavorece-nos, por se reportar aos baixos níveis de produtividade do passado.

Por outro lado, a transferência de competências para as instâncias comunitárias tem infelizmente vindo a coexistir - nomeadamente na aplicação da política da concorrência - com acomodação aos interesses de alguns dos principais países. Na prática, tem-se assim favorecido a posição de grandes empresas em diversos sectores, mas Portugal não pode contar com idêntico *realismo* em relação a algumas das suas actividades atingidas por deslocalizações e quebra do nível de emprego.

Acresce que, na actual fase em que a reconversão das estruturas produtivas se torna mais exigente, se assiste à subalternização crescente ao Princípio da Coesão. Assim, o espaço europeu continua a respeitar a necessidade de favorecer as empresas mais competitivas, mas deixa de considerar igualmente significativa a prioridade da convergência nas estruturas produtivas, duas décadas atrás uma exigência da solidariedade europeia.

Não vejo nenhuma razão para não podermos vir a falar de um milagre económico português - ou, noutro plano, no confronto continental, de um milagre europeu - se assumirmos com realismo os desafios e se desbloquearmos as forças de iniciativa e motivação, em lugar de fomentar a euro-dependência e a regulamentação excessiva. No novo espaço das relações internacionais não podemos apenas extrapolar as estratégias que adoptamos três décadas atrás - num quadro mais favorável - nem continuar a ignorar o sentido de urgência que os desafios assumem, habituados que estamos aos sucessivos adiamentos de reformas reconhecidas como prioritárias. No espaço da economia global não podemos dispensar um diferencial de competitividade fiscal, das condições oferecidas nos mercados laborais, na qualidade do ensino e da investigação aplicada, no regime dos licenciamentos ou da garantia dos direitos. Estas questões já deviam ter sido corrigidas há muito e não suportam novos diferimentos que agora se traduzem directamente em perda de investimentos e postos de trabalho.

Os portugueses têm o direito de aspirar a condições de vida tão boas quanto as melhores existentes na Europa. Mas para o conseguir é preciso criar condições para que produzam, tão positivas quanto as que se verificam em outros países. Os níveis de rendimento duradouros estão assentes nos níveis de contribuição produtiva e é isso que devemos ajudar os portugueses a conseguir. Importa assegurar condições efectivas que encorajem nos portugueses a confiança em si próprios, espírito de iniciativa, comportamentos de solidariedade, a ambição de estarem ao nível dos melhores e a capacidade de se organizarem para atingir os seus objectivos.